

APROVADA

2 3 4

1

#### ATA DO PLENO ORDINÁRIO DO DIA 25 DE MAIO DE 2021

5 No vigésimo quinto dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às 9h15, é declarado 6 aberto por existência de quórum, o Pleno Ordinário do Conselho Municipal de Defesa e 7 Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Recife - COMDICA, por 8 videoconferência, respeitando o distanciamento social provocado pela pandemia do 9 Coronavírus/Covid-19, presidido por Eduardo Paysan Gomes, que coloca para deliberação os 10 seguintes itens da pauta: APROVAÇÃO DE ATA; DEMANDAS DAS COMISSÕES 11 SOCIOPEDAGÓGICA (RENOVAÇÃO DE PROGRAMA DE APRENDIZAGEM 12 REDE CIDADÃ, INSCRIÇÃO DE CURSOS DE APRENDIZAGEM - CIEE; 13 CANCELAMENTO DE ENTIDADE); DEMANDAS DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GT POPINHO (APRESENTAÇÃO DA MINUTA DA RESOLUÇÃO 14 15 CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA); DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO JURÍDICA (ESCOLHA DE 16 MAIS DOIS COMPONENTES PARA A COMISSÃO); DELIBERAÇÃO DA 17 COORDENAÇÃO (EDITAL DE CONTINGÊNCIA À COVID-19 - SEGUNDA FASE, 18 PLANO DE CONTINGÊNCIA – SEGUNDA FASE); EDITAL ITAÚ - INFORMES 19 20 GERAIS. Participam do pleno na condição de conselheiras(os): Eduardo Paysan Gomes 21 (Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre 22 Drogas); Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha (Gabinete do Prefeito); Catarina de 23 Santana Silva (Fundação Fé e Alegria); Paulo Germano de Frias (Secretaria de Saúde); Kátia 24 Simone Alves Pintor (Cendhec); Maria de Lourdes de Sousa e Luiz Carlos De Angelis (Casa Menina Mulher); Carlos André Magalhães Melo e Fabíola Maria Santiago de Farias 25 26 (Procuradoria Geral do Município); Rossana Tenório Cavalcanti (Secretaria de Educação); 27 Hemi Monique Vilas Boas de Andrade (Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco 28 - CIEE); Maria de Fátima Lira Menezes e Genésia Cristina Oliveira dos Santos (Associação 29 de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e 30 Comunidade – APABB); Eliane França da Silva (Gabinete de Assessoria Jurídica às 31 Organizações Populares – Gajop); Armindo Nascimento Pessoa e Aldenise Coelho de Souza 32 (Lar Presbiteriano Vale do Senhor); membros da sociedade civil; os(as) técnicos(as) do 33 COMDICA Ieda Accioly, Aurely Macedo e Roberta Sartori (Sociopedagógico); Carlos Silva e 34 Fabiana Cabral (Prestação de Contas); Thayná Lira (Financeiro); Angélica Araújo e Luiz 35 Eduardo Júnior (Comunicação) e, por fim, a secretária executiva, Simone Melo. O presidente 36 Eduardo inicia o pleno agradecendo a presença de todas(os) e informa a ordem do dia. 37 Seguindo a pauta, o mesmo pergunta se o colegiado analisou a ata do dia 30 de março do 38 corrente para aprovação. Após alguns esclarecimentos sobre a ata, em regime de votação, a 39 ata do dia 30 de março é aprovada. O pleno segue com o segundo ponto de pauta que trata 40 das demandas da Comissão Sociopedagógica. A conselheira Lourdinha apresenta a renovação 41 de inscrição do programa de aprendizagem da Rede Cidadã, localizada na RPA 01. Ela informa 42 que o público atendido são adolescentes de 14 a 17 anos. A mesma acrescenta que o programa 43 de aprendizagem foi apresentado detalhadamente na comissão e que a OSC tirou todas as 44 dúvidas das(os) conselheiras(os), inclusive através de uma reunião virtual. Ela acrescenta ainda 45 que o colegiado pode ficar à vontade para fazer as considerações que julgar necessárias e que, posteriormente, os cursos devem ser apresentados pela instituição para aprovação já que não 46 47 houve tempo hábil para uma análise. Dito isto, a conselheira Auxiliadora solicita a fala para



48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

colocar da preocupação com a sobrecarga de trabalho da equipe técnica sociopedagógica e dos afazeres fora do expediente para cumprimento das demandas do conselho. Ela diz da situação de conforto vivido pelo colegiado por confiar no trabalho desenvolvido pela equipe técnica. A conselheira Lourdinha esclarece que qualquer conselheira(o) tem a prerrogativa de analisar o material das comissões. Ela explica que a demanda chega inicialmente na equipe sociopedagógica, passa pela comissão que delibera e depois é submetido ao pleno para aprovação. Lourdinha diz acreditar que os conselheiros têm bom senso para não prejudicar o trabalho desenvolvido pelas equipes. Existe um processo de confianca entre a comissão e equipe técnica, diz ela. A mesma concorda que existem muitas demandas no órgão, mas que cada comissão tem a sua própria dinâmica. Sendo assim, a Comissão Sociopedagógica submete ao pleno a aprovação da renovação do programa de aprendizagem da Rede Cidadã. O presidente coloca que já foram feitos os esclarecimentos devidos e, em regime de votação, pergunta ao colegiado sobre a aprovação da renovação do programa de aprendizagem da Rede Cidadã. Aprovado por unanimidade. Dando continuidade a apresentação, a conselheira Lourdinha apresenta o pedido de cancelamento de registro do Instituto Papai. Ela explica que o instituto encaminhou um Comunicado, datado de 04 de novembro de 2020, apontando os motivos da solicitação: "por motivos de desafios que se intensificaram nos últimos anos, que perpassa pela manutenção administrativa e logística, o Instituto Papai está articulando o fechamento do seu CNPJ até dezembro do corrente ano. Tal medida é tomada em acordo coletivo, que diante das dificuldades atuais, para preservar a história de atuação dessa organização e memória de sua atuação na defesa dos direitos humanos, decidiram encerra oficialmente a instituição enquanto organização cadastral". Lourdinha explica que a comissão acatou a decisão da organização. Ela coloca que o instituto foi bastante responsável em comunicar o cancelamento. O conselheiro Paulo coloca que é uma tristeza o COMDICA perder uma organização como o Instituto Papai. A conselheira Auxiliadora reputa num dos maiores prejuízos para a sociedade civil o fechamento do instituto e diz que o Papai fazia com muita seriedade a política de gênero. A conselheira lastima a perda e coloca da tristeza em votar pela homologação do pedido. Ela espera que o mesmo não aconteça com outras instituições. A representante da sociedade civil, Delma Silva, afirma que o trabalho realizado era continental e que é preciso pensar nos tempos em que estamos vivendo. O conselheiro Carlos subscreve as homenagens ao Papai e pergunta se há alguma pendência do instituto junto ao COMDICA. A técnica Ieda informa que não há nenhuma pendência. O presidente lamenta o fechamento do Papai que tinha um trabalho de referência em masculinidades não tóxicas. Ele acrescenta que, no momento, cabe ao colegiado homologar o cancelamento do registro. A conselheira Lourdinha segue com a apresentação do requerimento de inscrição dos cursos de aprendizagem do Centro de Integração Empresa Escola - CIEE. Ela explica que os cursos são os seguintes: Atendente de Lanchonete e Operador de Computador. A conselheira afirma que cada curso é voltado para um número de trinta adolescentes e jovens, de 14 a 18 anos, com carga horária de 1.280 h/aula, de segunda a sexta-feira. Entre os parceiros estão a Fafire e a Fundação Roberto Marinho, diz a mesma. A conselheira informa ainda que o parecer da Comissão Sociopedagógica é favorável a inscrição dos cursos. O presidente Eduardo afirma que, costumeiramente, o COMDICA pauta se algumas das atividades dos cursos estão na Lista TIP (piores formas de trabalho infantil) e que o próprio CIEE já tem o cuidado em demonstrar que nenhum dos adolescentes vai ter contato com dinheiro ou fazer trabalho externo. Em regime de votação, o colegiado aprova a inscrição dos cursos de Atendente de Lanchonete (CBO: 36629) e Operador de Computador (CBO: 317205) do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. Dando continuidade ao pleno, o presidente solicita a apresentação



95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110 111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

da minuta da Resolução do Centro de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua – Centro Popinho. A técnica Aurely informa que o ponto de pauta visa trazer os produtos do GT Popinho que foi criado a partir da Comissão de Políticas Públicas. Ela acrescenta que a força de trabalho resultou em dois processos: escuta com crianças e adolescentes em situação de rua e minuta de recomendação do Centro Popinho. Dito isto, Aurely segue com a leitura da recomendação para deliberação do pleno. Após a leitura integral do texto, o conselheiro Carlos solicita explicitar na recomendação uma articulação com os Centros Comunitários da Paz (Compaz). O presidente afirma que a questão apresentada pelo conselheiro já está inserida na parte da intersetorialidade. O conselheiro Paulo solicita o acréscimo nos Considerandos da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) – Portaria Nº 1.130/2015. A técnica Aurely destaca que com relação ao quantitativo de crianças e adolescentes atendidas, o GT não chegou a um denominador comum. Na ocasião, a técnica apresenta uma reflexão ao Considerando que trata da Resolução Conjunta (CNAS/CONANDA) no que tange as orientações normativas do acolhimento e informa que o centro de atendimento não funcionará em horário integral. Ela diz que é preciso considerar que o serviço é de baixa exigência e que não pode ter muitos critérios para que a criança acesse. Aurely coloca ainda que Valéria Monteiro (Média Complexidade) pondera durante as reuniões do GT que o serviço não pretende que a criança permaneça muito tempo nele e que, por isso, o aspecto da intersetorialidade é tão significativo. A ideia é que seja um espaço de convívio e que, se a criança ou adolescente necessitar de uma demanda maior, será providenciado, diz Aurely. Sobre a questão e após ouvir o representante da OSC Ruas e Praças, Tonho das Olindas, que atua no atendimento à situação de rua e, ainda, o setor de Média Complexidade da Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas, o colegiado propõe que o Artigo 13, da Recomendação, fique assim constituído: "recomendar que a capacidade de atendimento acompanhe as necessidades do território não excedendo a quantidade de 40 (quarenta) crianças e adolescentes, e em caso de exceção, que em outras Regiões Político Administrativas de acordo com a necessidade seja instalado outro Centro de Referência para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua". Após correções diversas, o presidente pergunta se é possível encaminhar para aprovação. O pleno responde que sim. Em regime de votação, o colegiado aprova a recomendação técnica de criação do Centro de Atendimento e Convivência para Criancas e Adolescentes em Situação de Rua na Cidade do Recife e segue para publicação em Diário Oficial. O presidente Eduardo afirma que a Resolução é um passo importante, principalmente, em função do momento atual que estamos vivendo. Agora é fazer um esforço para que o Centro Popinho seja implementado pela gestão, afirma o mesmo. Dito isto, Eduardo afirma que a Comissão Jurídica precisa de mais dois membros na sua composição para deliberações. Ele explica que as reuniões acontecem uma vez por mês, na terceira segunda-feira, turno da tarde. Segue os nomes das conselheiras para compor a Comissão Jurídica: Maria de Lourdes de Sousa (sociedade civil) e Rossana Tenório Cavalcanti (governo). Seguindo a pauta, o presidente afirma que uma comissão ampliada vai deliberar sobre o Edital de Contingência à Covid-19 e que a Coordenação Geral já discutiu valores para o cofinanciamento, remanejando o orçamento para garantir o edital que será construído nos próximos dias. A conselheira Lourdinha informa que será lançada uma segunda fase do edital de contingência. O primeiro edital é para as casas de acolhimento e, logo depois, devem ser contemplados os demais eixos, diz ela. A conselheira afirma que, a princípio, o COMDICA deve trabalhar um universo de apoiar trinta organizações: quatro casas de acolhimento e vinte e seis organizações dos demais eixos. Lourdinha coloca que espera que todas as quatro casas de acolhimento em funcionamento no Recife participem do edital e que



142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162 163

164

165

166

167

168

169

170 171

172

173174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

sejam contempladas, em virtude da importância do trabalho com o público que lá se encontra. A conselheira comunica ainda que as organizações dos demais eixos não estão funcionando plenamente, mas que estão desenvolvendo trabalhos com famílias e de forma remota. O edital será diferente por conta do cenário desafiador, diz a mesma. Ela informa ainda que a coordenação deliberou que o edital deverá ser publicado até o início de junho e que terá um período de cinco meses de duração (até dezembro/2021). O prazo para habilitação das organizações será de um mês e o início das atividades está previsto para agosto, diz a conselheira. Ela coloca que o volume de recursos para cada instituição será de R\$ 45 mil (demais eixos) e que o edital vai contemplar a rubrica de recursos humanos em 40% do valor total de cada projeto, diferente dos editais anteriores do FMCA que chega a até 60%. Lourdinha fala que o desejo da coordenação era ampliar, mas que os recursos não são suficientes e que o edital é de contingência e, assim, não pode ter um tempo maior de duração. A conselheira afirma também que houve uma audiência com o Ministério Público para tratar do fortalecimento das organizações. O presidente Eduardo registra que a discussão da coordenação foi que os projetos serão cofinanciados num teto de até R\$ 45 mil e que o edital vai contemplar, com pessoal, até 40% do valor total de cada projeto, dependendo da realidade vivida por cada instituição. Eduardo registra que a recomendação do Ministério Público fala de crianças e adolescentes em situação de rua. O mesmo coloca que a partir dos dados da escuta feita com crianças e adolescentes em situação de rua, o COMDICA nota que muitas(os) delas(es) estão numa situação de vulnerabilidade na rua em virtude do fechamento das escolas e, por isso, a importância de fazer o trabalho preventivo na comunidade, apoiando as famílias através das entidades, para que a situação não piore. E assim estamos abrindo o edital emergencial da Covid-19 para todas as organizações da sociedade civil, inclusive para as que compõem o conselho já que não existe impedimento, afirma o presidente. Ele diz que o edital será construído com base em todas as orientações devidas e será submetido ao pleno para aprovação, seguindo todo trâmite. O mesmo lembra que um mesmo projeto é encaminhado para dois avaliadores externos para análise, conforme os critérios do edital, e que estes avaliadores emitem suas devidas notas para a construção de uma média que será submetida ao pleno. A aprovação do projeto será com base na média, afirma Eduardo. A conselheira Lourdinha informa que o montante para cada casa de acolhimento será de até R\$ 100 mil (com até 60% de rubrica de recursos humanos). O valor é devido a atuação da casa e o funcionamento em tempo integral (24h), diz a mesma. O representante do Lar Paulo de Tarso, Gezsler West, pergunta sobre a previsão do início das atividades no acolhimento. A previsão é para o mês de agosto, informa Lourdinha. Ela pede para aguardar o edital para complementação das informações e lembra que todos os projetos devem acontecer num período de cinco meses. O presidente Eduardo esclarece que o edital é para resolver questões emergenciais de fome e higiene. Ele diz que o momento é só de anúncio do edital e que todas as regras serão decididas em comissão. O conselheiro Carlos sugere que quando da votação em pleno, por conta de conflitos de interesses, a entidade com assento no conselho não vote em si mesma, já que é permitido cofinanciamentos emergenciais de instituições que compõe o COMDICA. O presidente reforça que essa é a orientação para o pleno e que as avaliações são externas. A secretária executiva Simone solicita o fechamento de uma data para o início dos trabalhos dos editais de contingência nas comissões, lembra que é preciso elaborar o Plano de Contingência à Covid-19 do COMDICA e diz ainda da necessidade de decidir sobre quem será o gestor(a) da parceria. Simone solicita ainda a prorrogação do prazo para inscrição dos avaliadores parecerista em virtude da baixa procura pelo edital. Ela acha necessário ampliar a divulgação das inscrições. A conselheira Lourdinha solicita o reenvio do referido edital para as



189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

organizações. O presidente consulta o pleno sobre a prorrogação por mais trinta dias das inscrições. Em regime de votação, o pleno aprova a prorrogação do Edital de Seleção para Avaliadores Pareceristas de Projetos Sociais até o dia 04 de julho do corrente. Dito isto, a executiva Simone informa que as inscrições do Edital do Itaú Social 2021 estão abertas e acontecem até 30 de julho do corrente. Ela acrescenta que o COMDICA deve fazer um edital de chamamento com base nas prerrogativas do edital e que as deliberações sobre o assunto acontecem nas comissões Sociopedagógica, de Políticas Públicas e Jurídica. O presidente coloca que considerando que o edital visa projetos voltados à proteção de crianças, adolescentes e suas famílias no contexto da pandemia e diante da realidade atual, a coordenação decidiu que o chamamento deveria ser direcionado as organizações da sociedade civil que atuam no atendimento à situação de rua. Ele diz ainda da possibilidade do trabalho ser realizado em rede com outras organizações. Que seja dado o direcionamento nas comissões, afirma o presidente. Dito isto, a secretária executiva Simone informa sobre a Campanha contra o Trabalho Infantil realizado pelo JCPM que está prevista para acontecer a partir do dia 13 de junho do corrente. O presidente afirma que o COMDICA integra o FEPETIPE e que 2021 é o Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, definido pelas Nações Unidas. Ele considera importante a parceria do COMDICA com o JCPM. O mesmo informa que a logomarca do COMDICA será colocada em todo material de publicidade do instituto. A conselheira Catarina pergunta se é só o envio da logomarca do COMDICA ou se vai precisar de uma outra contribuição. Ela diz não entender o envio da logomarca sem uma relação de ação conjunta com o JCPM. Eduardo afirma que nesse primeiro momento é só a logomarca, mas que podemos colaborar de outras formas como a realização de formação e lives. Ele diz que, enquanto FEPETIPE, busca parcerias dos shoppings em datas específicas. O presidente coloca que, em parceria com os governos federal e estadual, município e várias entidades, no período da Copa, foi realizada uma agenda de convergências com ações preventivas e que uma delas foi com o Instituto JCPM. Ele lembra que foram feitas, por exemplo, oficinas com taxistas que atuam naquela área do shopping para prevenção à exploração sexual e, quando das discussões sobre Maioridade Penal, debates com estudantes. É preciso atuar junto com as iniciativas do empresariado da área de responsabilidade social, tentando ampliar o leque junto à sociedade para que todos percebam a importância do enfrentamento ao trabalho infantil, diz o presidente. A representante do IASDOC, Irmã Graça, afirma que o Instituto JCPM tem realizado um trabalho muito importante com a população do seu entorno atendendo as necessidades e realizando ações na paróquia, PROCRIU e IASDOC. Em regime de votação, o pleno aprova a parceria entre o COMDICA e o Instituto JCPM para a Campanha contra o Trabalho Infantil. A logomarca do COMDICA será encaminhada pela Assessoria de Comunicação do órgão ainda hoje, 25, para o setor de Comunicação do instituto. Informes Gerais - A representante da sociedade civil, Delma Silva, manifesta reconhecimento pelo trabalho realizado pela equipe técnica do COMDICA em tempos de pandemia e pede para que todas(os) cuidem da saúde mental. Ela informa que o Webnário Internacional, ação do Governo do Estado e Centro de Desenvolvimento da Criança e Cidadania – CDC, em parceira com a Prefeitura do Recife, mobilizou pessoas de todo Brasil, que o seminário está disponível no YouTube e que deverá sair uma publicação nos próximos meses sobre o seminário. A conselheira Lourdinha registra que no dia 20 de maio houve a reunião do Fórum DCA e que entre as pautas foi discutido a eleição do fórum. Lourdinha informa também que foi feita uma oficina sobre o Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA) com Andréa Araripe e que será dada continuidade da oficina em 09 de junho. O presidente registra o início da Semana do Bebê na página oficial (semanadobebe.recife.pe.gov.br) e redes sociais da Gerência da Criança com



várias atividades. A secretária executiva Simone informa que no dia 01 de junho será realizado pleno extraordinário para apresentação do Plano de Assistência Social. Para finalizar, Simone faz a leitura dos nomes dos membros das comissões e, por solicitação da conselheira Lourdinha, inclui a mesma na Comissão de Monitoramento do Plano Decenal da Primeira Infância. Não tendo nada mais que por si só mereça registro, o presidente agradece a participação de todas e de todos e encerra a reunião às 12h15.

Recife, 25 de maio de 2021

Eduardo Paysan Gomes Presidente Catarina de Santana Silva Vice-presidente Maria de Lourdes de Sousa Tesoureira Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha Secretária Luiz Carlos De Angelis (Conselheira / Casa Menina Mulher); Paulo Germano de Frias (Conselheiro / Secretaria de Saúde) Kátia Simone Alves Pintor (Conselheira / Cendhec) Carlos André Magalhães Melo (Conselheiro / Procuradoria Geral do Município) Fabíola Maria Santiago de Farias (Conselheira / Procuradoria Geral do Município)



283	
284	Rossana Tenório Cavalcanti
285	(Conselheira / Secretaria de Educação)
286	
287	<del></del>
288	Armindo Nascimento Pessoa
289	(Conselheiro / Lar Presbiteriano Vale do Senhor)
290 291	
292	Aldenise Coelho de Souza
293	(Conselheira / Lar Presbiteriano Vale do Senhor)
294	
295	
296	Hemi Monique Vilas Bôas de Andrade
297	(Conselheira / Centro de Integração Empresa Escola - CIEE)
298	
299	
300	Maria de Fátima Lira Menezes
301 302	(Conselheira / Associação de Pais, Amigos e Pessoas
303	com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e Comunidade – APABB)
304	
305	Genésia Cristina Oliveira dos Santos
306	(Conselheira / Associação de Pais, Amigos e Pessoas
307	com Deficiência de Funcionários do Banco do Brasil e Comunidade – APABB)
308	
309	
310	Eliane França da Silva
311	(Conselheira / Gabinete de Assessoria Jurídica
312	às Organizações Populares – Gaion)

